

2 São necessárias medidas contra o desemprego de jovens!

3 Iniciativas contra migrantes: perigosas e xenófobas

4 Protecção de saúde: há que aplicar as medidas no local de trabalho

Nr. 4 | Junho 2020 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Solidários contra a crise, sem exclusões

Aliança exige fundo de transição para os trabalhadores precários



Muitos trabalhadores em ramos precários ficaram sem salário: é necessário um fundo de apoio para eles

O Unia e cerca de duas dúzias de organizações exigem à Confederação e aos cantões que disponibilizem os meios necessários para criar um fundo de transição covid-19. Destina-se a garantir uma protecção social e económica aos grupos de pessoas excluídas das medidas de apoio actuais.

Hilmi Gashi

A crise causada pelo coronavírus afecta toda a sociedade, mas atinge mais duramente os trabalhadores precários que ficaram excluídos das medidas de apoio decretadas pelo governo federal. Trata-se de trabalhadoras domésticas, prestadoras de cuidados em casas particulares, sans-papiers, falsos trabalhadores independentes ou os trabalhadores desempregados sem direito a subsídio de desemprego. Mesmo em condições normais, vivem no limiar da pobreza. Agora não podem sequer requerer subsídio de desemprego ou indemnização por perda de rendimentos (EO/APG), correndo assim o risco de cair em desespero existencial.

Ajuda social é um problema

A situação de trabalhadores imigrantes, mesmo que trabalhem na Suíça há muitos anos, é especialmente difícil: não podem sequer requerer ajuda social porque recebem pioras as suas possibilidades de naturalização, estatuto de residência ou mesmo de serem extraditados.

Exigência de um fundo de transição

Por iniciativa do Unia, mais de 20 organizações caritativas e sindicatos, incluindo os Sindicatos do Pessoal de Transportes (SEV) e da Função Pública (VPOD/SSP), exigiram da federação e dos cantões, por conseguinte, que sejam tomadas medidas concretas. Numa carta dirigida ao Conselho Federal, exigem a criação de um fundo de

Por trabalharem para particulares, não têm direito a subsídio por horário de trabalho reduzido.

Sans-papiers: A maioria destes trabalhadores perdeu os seus empregos precários. Sem um estatuto de residência regular, não têm direito a subsídio de desemprego nem a ajuda social. Afectadas são também muitas famílias com filhos.

«Não abandonamos ninguém. Cuidaremos de todos»

transição covid-19. Devem ser apoiados, em especial, os seguintes grupos de pessoas:

Trabalhadoras domésticas: Muitas trabalhadoras de limpeza e trabalhadoras domésticas, cuidadoras de idosos e cuidadoras de crianças em casas particulares perderam os seus rendimentos de um dia para o outro.

Pequenos empresários: artistas ou mulheres que ganham a vida como prostitutas perderam os seus rendimentos. Não recebem nada ou recebem muito pouco da prometida ajuda do coronavírus de que se falou até agora. Os falsos «independentes», que trabalham como correios, taxistas ou trabalhadores das plataformas digitais, mas também muitos agentes culturais sofreram

significativas perdas de rendimentos.

Trabalhadores por chamada: trabalhadores com contratos a termo são frequentemente despedidos, em vez de receberem subsídio por horário de trabalho reduzido. A alguns deles faltam os meses de contribuição necessários para poderem receber o subsídio de desemprego.

Filas para receber comida

A mensagem do Conselho Federal foi clara: «Não abandonamos ninguém. Cuidaremos de todos». Concordamos plenamente com esta posição. Fotografias de pessoas que têm de fazer fila durante horas para mendigar alimentos doados por instituições de caridade não se adequam a essa mensagem. Para muitas das pessoas afectadas, trata-se de uma humilhação difícil de suportar. A aliança apela ao Governo federal e a cantões para disponibilizarem os meios necessários para um fundo de transição Covid-19. Este fundo deverá garantir uma protecção social digna a todos aqueles que não beneficiam das medidas de emergência aprovadas até agora.

Editorial



A pandemia da Covid-19 causou em todo o mundo a crise mais grave que conhecemos. Trabalhadores desempregados, sem rendimentos e sem saber como fazer face às despesas do dia a dia é a consequência. Isto na Suíça, um país rico com um bom Estado social.

Noutros países, os efeitos sobre os trabalhadores são mais devastadores. Onde não há Estado social, aumentou a pobreza e a luta pela sobrevivência. Refiro dois exemplos, muitos mais haveria. Quando as lojas aqui fecharam, os trabalhadores da indústria têxtil do Bangladesh, que fazem a nossa roupa, ficaram sem trabalho, sem salários, sem redes de apoio. O mesmo aconteceu aos trabalhadores no domicílio no Paquistão. Neste país, cerca de seis milhões de trabalhadores e respectivas famílias perderam por completo os seus precários rendimentos quando as empresas de moda europeias cancelaram as encomendas. Em todo o lado, os migrantes são dos mais afectados. Muitos trabalham em sectores relevantes, mas em precárias situações laborais, de vida e de habitação. E eles têm ainda menos apoio do que a população local, são mais vulneráveis ao vírus e à pobreza total.

Os problemas de um mundo interligado dizem respeito a todos nós. Uma crise mundial como esta só pode ser superada pelo reforço da cooperação e da solidariedade internacionais. No entanto, a Suíça irá votar a 27 de Setembro a «Iniciativa de resilição» do SVP/UDC, que vai no sentido contrário. O seu objectivo é abolir a livre circulação de pessoas e isolar o país. É uma iniciativa contra os imigrantes no país – embora também aqui o nosso trabalho seja fundamental. Esse foi e, agora ainda é mais, o caminho errado. Aquilo de o mundo precisa é de solidariedade contra a crise.

Marília Mendes

Notícias breves

Apelo «Solidários contra a crise»: garantias salariais e não a despedimentos!

As ajudas estatais às empresas em crise devido à pandemia do coronavírus ascendem a 60 mil milhões de francos – no entanto, o número de desempregados continua a aumentar. Isto não pode ser, não pode haver despedimentos em consequência da crise provocada pelo coronavírus! Mais de 1,5 milhões de trabalhadores recebem subsídio para horário de trabalho reduzido. Por isso, só recebem 80% do salário habitual. Esta redução salarial é difícil de suportar quando o salário em si já é baixo. P. ex., trabalhadores da hotelaria e restauração ganham em média 4100 francos ao mês (a tempo inteiro). Uma redução de 20% significa que resta um salário de 3300 francos! Assim é difícil pagar o essencial para si e as suas famílias. Cerca de metade dos trabalhadores a receber subsídio para horário de trabalho reduzido são de ramos de salários baixos.

Por isso exigimos:

- Trabalhadores com salários baixos ou médios têm de receber o salário na totalidade em caso de subsídio para horário de trabalho reduzido.
- Os milhares de milhões de francos do estado têm de ser utilizados para manter os postos de trabalho.

Assine o apelo:

www.unia.ch/de/arbeitswelt/von-a-z/coronavirus/appell-lohngarantie-und-keine-corona-entlassungen

AHV-AVSx13: Assinar a iniciativa agora

Desde o início de Junho 2020, depois de dois meses de paragem, podemos voltar a recolher assinaturas para iniciativas – entre elas a iniciativa sindical «AHV-AVSx13 – Por uma vida melhor depois da reforma». Em tempo de crise, um aumento das pensões da AHV-AVS é ainda mais necessário para fazer frente à pobreza das pessoas mais idosas. Da mesma forma que muitos trabalhadores têm direito a um 13.º mês de salário, também os pensionistas deveriam ter direito a um.

Assine a iniciativa e peça aos seus amigos e vizinhos para assinarem! Pode encomendar as listas de assinaturas em qualquer secretariado do Unia.

Empresas de segurança privada: novo CCT a partir de 1 de Junho 2020

O novo contrato colectivo de trabalho (CCT) para o ramo da segurança privada contém uma série de avanços em termos de salários, licença de paternidade, administração do horário de trabalho e controle da adjudicação de contratos, melhorando as condições de trabalho.

Aumento salarial no início da actividade, dependendo da categoria, de entre 0,5 e 1%, suplemento horário para meses com aumento do tempo de trabalho, licença de paternidade de 3 dias e suplemento para o pessoal armado são algumas das melhorias introduzidas. Além disso, o CCT permite regulamentar a adjudicação de contratos. O Unia apela às autoridades públicas para que só adjudiquem contratos a empresas que cumpram o CCT e que valorizam, assim, qualidade e boas condições de trabalho.

**Pré-aprendizagem de integração
Temos de proteger os
mais vulneráveis**

Os jovens que estão a fazer uma pré-aprendizagem de integração também são atingidos pelas consequências da pandemia. Trata-se de menores e jovens adultos da área de asilo que se querem aperfeiçoar profissionalmente e fazem, por isso, uma aprendizagem. Uma aprendizagem bem-sucedida nunca é fácil, em tempos de crise é ainda mais difícil.

Anita Frommenwiler e Marie Saulnier Bloch

Jovens sem meios digitais

Os jovens requerentes de asilo não têm, regra geral, meios e carregam uma mochila cheia de traumas. Não têm família ou rede social que possa ajudar na formação escolar, na procura de alojamento ou de trabalho. As escolas profissionais trabalham em regime de telescola desde meados de Março, embora nem todos tenham computadores para poderem acompanhar as aulas. Os trabalhos foram interrompidos ou intensificados, consoante o sector. Isto leva os jovens da pré-aprendizagem a um maior isolamento social.

Realização de exames sem preparação suficiente

As escolas profissionais abriram a 8 de Junho. A Secretaria de Estado da Migração solicitou aos cantões que retomassem os testes de língua para os jovens da pré-aprendizagem a partir de 11 de

Maio. A condição é haver um plano de protecção para a realização de exames presenciais. Isto é injusto, porque desde meados de Março que o ensino tem sido à distância, as possibilidades digitais são limitadas, o isolamento social cria insegurança e dificulta a aquisição das competências necessárias para passar nos exames. Estes factos não foram tidos em consideração. Há uma necessidade urgente de mais protecção para as necessidades dos jovens.

Adequar as medidas à situação

A realidade de vida dos jovens da pré-aprendizagem tem de ser tida em conta e as medidas e condições têm de ser adequadas à sua situação. Estes jovens são das pessoas mais vulneráveis e precárias. Não podem ser avaliados como robots ou máquinas.



Brochura de informação sobre a pré-aprendizagem no cantão de Zurique

Desemprego de jovens**Um aumento preocupante**

O desemprego de jovens entre os 15 e os 24 anos de idade atingiu 3,4% em Maio. Isto significa um aumento de 76% (7 709 pessoas) relativamente ao mesmo período do ano passado.

Montaña Martín

Por experiência, os números do desemprego de jovens só reflectem uma parte da realidade. De crises anteriores sabe-se que muitos jovens não se inscrevem como desempregados, mesmo quando andam à procura de emprego.

São necessárias soluções concretas

O governo federal e os cantões devem adoptar medidas concretas de fomento do emprego e da formação de jovens. Também devem aumentar o número de bolsas de estudos para estudos posteriores à formação obrigatória.

O Unia apela às empresas para que contratem os seus próprios aprendizes quando estes terminarem a formação. Se isto não for possível, devem apoiar os aprendizes na procura de emprego e utilizar as suas redes de contacto para os apoiar. Neste sentido, foi com grande satisfação que o Unia acolheu a decisão da Secretaria de Estado da Economia permitindo que empresas que solicitaram subsídio para horário de trabalho reduzido contratem aprendizes depois de estes terem terminado a sua formação profissional.

Eliminar as diferenças do subsídio de desemprego

Os jovens de idade inferior a 25 anos estão em desvantagem no que se refere às prestações do subsídio de desemprego. Só têm direito a 200 dias de subsídio de desemprego e, se estiverem dispensados da obrigação de cotizar para este seguro social, só têm direito a 90 dias. O decreto Covid-19 prevê actualmente um máximo de 120 dias de prestações adicionais para estes jovens, mas só até finais de Agosto. Para muitos jovens, no entanto, o problema está agora apenas a começar. Por isso, como medida contra a crise, o Conselho Federal deveria fixar uma duração normal das prestações de desemprego para todos num mínimo de 260 dias. Da mesma forma, também o período de espera de 120 dias para as pessoas que acabam de terminar a sua formação, deve ser reduzido para 5 dias. Ninguém que tenha de procurar emprego nestes tempos difíceis deve ficar sujeito à preocupação de não saber como financiar a sua subsistência.

Postos de aprendizagem devem ser garantidos

Em alguns cantões, diminuiu o número de contratos de aprendizagem, o que também tem repercussões no desemprego de jovens. A Confederação tem de encontrar uma solução eficaz, aplicável a toda a Suíça, para apoiar melhor as empresas que formam aprendizes. A Confederação deve apoiar financeiramente os cantões que já adoptaram medidas correspondentes (como Genebra e Vaud).



O desemprego de jovens aumenta de forma desproporcional

50 anos da iniciativa Schwarzenbach

Aprendemos a nossa lição



A iniciativa de resilição quer introduzir um novo estatuto de saisonnier... Por isso: «Não» à iniciativa no dia 27 de Setembro! © Sozialarchiv

Se a iniciativa de James Schwarzenbach tivesse sido aprovada em 1970, eu não estaria hoje aqui. Os meus pais vieram de Itália para trabalhar na Suíça. Schwarzenbach queria expulsar pessoas como os meus pais. Os restantes trabalhadores estrangeiros teriam ficado à margem da sociedade – sem família, sem igualdade de oportunidades, sem o direito de escolher o seu local de trabalho.

Vania Alleva

Política do «bode expiatório»

Schwarzenbach fez dos saisonniers o bode expiatório. Uma grande parte dos trabalhadores e dos sindicalistas acreditou nele e contribuiu para os 46% de votos a favor da iniciativa.

Muita coisa mudou desde então. Os sindicatos lutaram pela abolição do estatuto de saisonniers e dos guetos de barracas. A livre circulação de pessoas reforça os direitos de uma parte dos trabalhadores sem passaporte suíço. Para muitos deles, a Suíça tornou-se a sua pátria. Também para mim.

As coisas não mudaram

Tempos passados? Infelizmente não! Ainda hoje as empresas querem mão-de-obra barata e flexível. As consequências são dumping salarial, condições de trabalho precárias, discriminação e desemprego. E um partido xenófobo tenta tirar partido disso.

Actualmente, o SVP/UDC desempenha este papel infame. A sua «Iniciativa de resilição» pretende acabar com a livre circulação de pessoas e regressar ao desumano estatuto do trabalhador saisonnier – a versão suíça do apartheid.

Solidariedade

Bilionários como os Blochers nunca aceitaram os nossos direitos nem as medidas de protecção de salários e condições de trabalho arduamente conquistadas. Agora estão a tentar aboli-los novamente com mais uma campanha contra «os estrangeiros».

Nós, sindicatos, aprendemos a lição. Chama-se «solidariedade». Não deixaremos que nos dividam. É isso que o Unia defende. Garanto-o. Porque eu ainda estou aqui.

«Semana violeta» e greve das mulheres

Mobilizar a Suíça pela igualdade

De 8 a 14 de Junho, o Unia mobilizou-se pelos direitos das mulheres! Um ano depois do grande sucesso da Greve das Mulheres, a igualdade ainda não é uma realidade. O Unia exige respeito, mais tempo e melhores salários para as mulheres.

Marie Saulnier Bloch

Mobilização violeta

A sociedade não conseguiria funcionar sem o trabalho feminino. Por isso, durante a «semana violeta», as mulheres mobilizaram-se em toda a Suíça. E a 14 de Junho foram à rua manifestar-se contra sexismo, discriminação, desigualdades no mundo do trabalho.

«Apesar de a consciência feminista na Suíça ser fantástica, a situação política e a situação concreta das mulheres não mudaram», afirma Aude Spang, secretária pela igualdade do Unia. Discriminação salarial, sobrecarga, falta de respeito continuam a fazer parte do dia-a-dia das mulheres, em especial das mulheres migrantes. O seu trabalho, pago ou não, não é visível nem reconhecido.

Justiça social agora!

Cuidados de saúde, assistência doméstica, vendas a retalho, logística: durante a pandemia as mulheres trabalharam na linha da frente! No ramo de cuidados médicos, as mulheres constituem 80%



©Sarah Pena Photography

do pessoal, no sector das vendas a retalho 65%. Aude Spang afirma: «O aplauso por si só não chega!» E exige salários justos de pelo menos 4'000 francos x 13 meses (semana de 40 horas) e, como compensação pelo enorme esforço e risco que correram durante a pandemia, um prémio de 2'000 francos. O sindicato exige, ainda, mais inspecções nas empresas para que a paridade salarial seja aplicada e luta contra o sexismo, racismo, violência sexual e pelo reconhecimento do trabalho de assistência.

Aniversário da greve das mulheres

No dia 14 de Junho de 2019, as mulheres mostraram em toda a Suíça a sua força e determinação na luta pelos seus direitos. Para recordar esta data, o Unia publicou o livro «A Suíça treme – Greve das mulheres 2019». O álbum de fotos e testemunhos ilustra greves, acções e manifestações deste dia. Pode ser encomendado através de: www.unia.ch/publikationen

Entrevista



Marina Frigerio nasceu na Suíça, filha de italianos. É psicoterapeuta com consultório próprio em Berna. Revelou em 1991, com Simone Burgherr, a vergonha das «crianças escondidas» no livro «Crianças escondidas: histórias de filhos e pais saisonniers». Depois publicou «E vieram pessoas. A Suíça dos Italianos» com Susanne Merhar e «Crianças Proibidas».

Marina, já passaste por muitas iniciativas contra a população estrangeira. Como são estas iniciativas para ti?

Horíveis! Quando foi a iniciativa Schwarzenbach, eu tinha 11 anos de idade. Eu pensava: se for aprovada, tenho de me ir embora. Ouvíamos sempre frases estúpidas de outras crianças ou adultos: «Amanhã vocês têm de partir!». Uma situação nada favorável à integração. Eu sentia tristeza, mas sobretudo revolta.

Tornaste pública a situação das crianças escondidas. O que são «crianças escondidas»?

Eram os filhos dos saisonniers. Não lhes era permitido viver com os pais e ficavam escondidos ou cresciam sem os pais com familiares ou em lares. Na altura, dizia-se que havia mais crianças do que roupa nos roupeiros dos saisonniers.

Eram condições que desprezam a dignidade humana. Muitos de nós tentámos sensibilizar a sociedade para estes abusos e lutámos pelo direito de todas as crianças frequentarem a escola na Suíça, independentemente do seu estatuto de residência. Nos anos 80 e 90 conheci muitas crianças e jovens que ficaram traumatizados com esta vida e tentei ajudá-los. Mas isto não chega. Era preciso pôr fim a esta vergonha!

Felizmente, as mais importantes organizações de defesa dos direitos da criança reagiram. A Unicef, Pro Familia, Pro Juventute denunciaram a violação dos direitos das crianças na Suíça. Em Abril de 1991, a situação dos filhos dos saisonniers foi tratada pelo Conselho de Administração da Unicef em Nova Iorque. Foi a primeira vez que discutiram a violação dos direitos da criança por um país rico. Isto foi e é um escândalo.

O SVP/UDC continua a lançar novas iniciativas xenófobas. Qual é a tua opinião sobre isto?

Constato que as crianças migrantes reagem da mesma forma que eu na altura. É desagradável ver cartazes retratarem os teus pais como criminosos e parasitas.

Quando penso nas pessoas que estão por detrás destas iniciativas, duvido que a preocupação delas seja os direitos dos trabalhadores na Suíça. O que é que interessa ao descendente de uma família riquíssima, como Schwarzenbach, o destino da gente comum? Porque é que Blocher não começa com os direitos dos trabalhadores da sua própria empresa? É só atirar areia para os olhos para conseguir votos. Basta pensar no que os Blochers fazem no Parlamento: são eleitos com os votos de muitos trabalhadores, mas continuam a representar os interesses dos ricos. A xenofobia na política é uma forma fácil de chegar ao poder. Isso também se pôde ver com Salvini, na Itália.

Detesto estes políticos que sabem muito bem que os seus programas são constituídos por mentiras e não se importam com as consequências para a sociedade.

A iniciativa para abolir a livre circulação de pessoas vai a votação em Setembro. Ela quer introduzir um novo estatuto de saisonnier. O que é que isto significa para ti?

É fundamental combatê-la! A reintrodução do estatuto de saisonnier seria uma catástrofe ética e humana. Já foi mais do que documentado que isto é uma vergonha para a Suíça!

A Suíça não pode esconder-se atrás das suas fronteiras. Isso são ideias medievais. Os primeiros a perder seriam muitos jovens suíços que querem estudar no estrangeiro para adquirir novas experiências. Vivemos num mundo dinâmico. Tudo está interligado. Trancar-se nas próprias fronteiras significaria castrar-se a si mesmo. Além disso, a aceitação da iniciativa deixaria um travo amargo na boca de muitos concidadãos sem passaporte suíço. É do interesse de todos que todos se sintam bem aqui. Caso contrário, é o fracasso da integração mútua!

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos

Despedimento: o período de pré-aviso pode ser alargado em caso de doença?

Fui despedido com aviso prévio. Pouco tempo depois adoeci durante cinco dias. O período de pré-aviso é de um mês. Terei problemas se me inscrever no desemprego depois de recuperar?



Atenção aos seus direitos em caso de despedimento!

NICOLE DEBRUNNER: Sim, porque em caso de doença, o prazo de pré-aviso é alargado. Se se inscrever directamente após ter recuperado, o prazo de pré-aviso não seria respeitado, pelo que o seguro de desemprego teria de pagar o período de pré-aviso.

Não seria apropriado se o seguro e, por conseguinte, o público em geral, tivesse de pagar prestações durante um período que, na realidade, deve ser pago pela empresa. A Caixa de Desemprego irá pedir-lhe que informe a sua empresa sobre o prazo de pré-aviso alargado e que trabalhe durante o restante período de pré-aviso. Se, por culpa própria, não cumprir com este pedido, será sancionado. Se a sua empresa rejeitar a sua oferta de trabalho, a Caixa de Desemprego pagar-lhe-á prestações diárias com efeito imediato. No entanto, irá exigir à sua empresa o montante pago, correspondente à perda do período de pré-aviso.

Work, 15.5.2020

Grupo de risco: tenho de servir às mesas apesar disso?

Trabalho como empregado de mesa num restaurante. Estivemos todos em lay-off desde o surto de pandemia da covid-19 na Suíça. Mas agora o restaurante reabriu e temos de regressar ao trabalho. No entanto, tenho uma doença pulmonar crónica e, por conseguinte, pertencço ao grupo de risco. O contacto com os clientes preocupa-me. Tenho mesmo de voltar a trabalhar?



PROTECÇÃO: Os doentes de risco de infecção pelo coronavírus não têm de servir às mesas, mas recebem o salário por inteiro. (Foto: Keystone)

DAVID AEBY: Não. Na sua actividade não é possível fazer teletrabalho. E, como empregado de mesa, é quase impossível ficar protegido do contacto directo com as pessoas. Por essa razão, pode recusar-se a trabalhar e, apesar disso, exigir à sua entidade patronal o pagamento do salário por inteiro (alínea c do art. 10.º do Regulamento 2 Covid). No entanto, terá de apresentar ao seu chefe um atestado médico que confirme que pertence ao grupo de risco e que, por essa razão, não pode exercer a sua actividade. A sua empresa também tem a possibilidade de continuar a requerer para si o subsídio para horário de trabalho reduzido porque pertence ao grupo de risco

Work, 29.5.2020

Coronavírus: o que deve saber

Encontra numerosas perguntas e respostas sobre o coronavírus e os seus direitos no trabalho em várias línguas em unia.ch/de/arbeitswelt/von-a-z/coronavirus.

Férias em tempos de pandemia Medidas a ter em conta

A pandemia provocada pelo novo coronavírus trouxe grandes alterações à nossa vida. Uma das questões que muitas pessoas se colocam é como organizar as férias. Embora as fronteiras estejam a ser reabertas, ainda existem restrições.

Marília Mendes

Viajar informado

Embora as fronteiras entre muitos países já estejam abertas, é a partir de 1 de Julho que todas as fronteiras entre os países da União Europeia serão abertas, também entre Portugal e a Espanha. Isto significa que a quarentena à chegada deixa de ser obrigatória. Mas isto não significa o regresso aos tempos anteriores à pandemia. Não só as medidas sanitárias, como o distanciamento e a lavagem frequente das mãos, continuam a ser obrigatórias, mas também outras medidas e limitações se manterão. Assim, poderá haver restrições de viagem a países terceiros ou, dependendo da evolução da pandemia, eventuais cordões sanitários a zonas mais afectadas. Os viajantes devem, por isso, informar-se sempre da situação em vigor no momento em que viajam.

Medidas em Portugal

Em Portugal, todas as actividades estão condicionadas às medidas sanitárias relacionadas com o coronavírus. Para cada ramo de actividade há normalmente não só procedimentos de limpeza e higienização como também recomendações de comportamento a observar pelo pessoal e por clientes. Entre outras medidas, o Turismo de Portugal criou o selo «Clean&Safe» para distinguir as actividades turísticas que assegurem o cumprimento de requisitos de higiene e limpeza para prevenção e controlo do vírus e de outras eventuais infecções.

Mais informações em

<https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/422183>

Regras a ter em atenção

Diferentemente da Suíça, Portugal introduziu o uso obrigatório de máscaras em espaços públicos fechados, excepto para crianças em jardins de infância e creches. Assim, em todos os transportes públicos, incluindo táxis, o uso de máscaras é obrigatório. Também é obrigatório em museus, espaços culturais e de lazer, serviços públicos, supermercados e lojas, em espaços fechados (incluindo igrejas) ou locais com aglomerações. Em espaços comerciais e estabelecimentos de restauração e bebidas, o uso de máscara é obrigatório quando se anda a circular. A lotação dos veículos de transportes públicos, incluindo táxis, foi reduzida para 2/3.

Ida à praia

A época balnear teve início a 6 de Junho, passando as praias a ser vigiadas e a seguir regras de utilização que incluem o distanciamento social e a limitação da ocupação. A ocupação da praia é indicada através de um sistema de sinalética, que poder ser consultado na página <https://infopraia.apambiente.pt/rules/> ou baixando a app «Info Praia».

Para mais informações:

<https://bit.ly/2MWtZaT> e <https://bit.ly/2MYJowj>

A protecção da saúde diz respeito a todos!

Os sindicatos empenham-se por boas medidas de protecção

Enquanto o vírus não for derrotado, são necessárias medidas especiais de protecção no local de trabalho. A protecção e o direito de participação dos trabalhadores devem ser alargados.

Christine Michel

Em meados de Março, o Conselho Federal decretou o «estado de excepção» devido ao alastramento do coronavírus. A partir de meados de Junho entrou em vigor o «estado de calamidade pública». Em princípio, as empresas e os sectores de actividade económica estão novamente a funcionar e as pessoas regressam ao trabalho, embora as medidas de protecção especial para os trabalhadores continuem a ser obrigatórias. Têm de ser respeitadas as medidas de higiene (lavagem frequente das mãos) e o distanciamento físico de 2 metros. Se tal não for possível, devem ser tomadas medidas especiais. Isto implica, por exemplo, o uso de separadores de acrílico para protecção dos trabalhadores nas caixas de pagamento nas lojas ou dos barmen atrás do balcão. Também inclui a coordenação dos trabalhos nas obras da construção civil para que nem todos os grupos profissionais, pedreiros ou estucadores, pintores e electricistas, estejam todos a trabalhar ao mesmo tempo. Isto significa também que o uso de máscaras de protecção é sempre permitido, especialmente para

os profissionais de atendimento ao público, quando o distanciamento físico não puder ser mantido.



A protecção da saúde é da responsabilidade dos empregadores

A crise demonstrou a importância da protecção da saúde no trabalho. Especialmente trabalhadores dos sectores que pertencem aos cuidados primários e que asseguram um serviço universal – ou seja, vendedores, pessoal de saúde e enfermagem, pessoal de limpeza, motoristas de táxi, pessoal de logística, mas também trabalhadores da construção civil e do sector industrial – tiveram de se expor diariamente ao risco de infecção. Em princípio, o empregador é responsável pela protecção da saúde. Ele deve assegurar que sejam tomadas as medidas necessárias e que, por exemplo,

haja material de protecção suficiente (luvas, máscaras). Deve informar e instruir os seus trabalhadores sobre as medidas. O Unia preparou material informativo e listas de verificação para os sectores em causa, para que as irregularidades possam ser comunicadas. O Unia enviou mais de 4000 relatórios ao Suva e às autoridades. O Unia também exerceu pressão para garantir a realização de inspecções suficientes. Porque mesmo as melhores medidas são ineficazes se a sua aplicação não for controlada!

Reforço da participação

Os trabalhadores têm uma palavra a dizer em todos os assuntos relacionados com a sua saúde. Devem ser informados atempadamente e as suas sugestões têm de ser ouvidas. Este direito de ter voz activa foi negligenciado durante a crise. O Unia pretende

alargar e reforçar o direito de participação e consigná-lo nos contratos colectivos de trabalho. Em discussão estão as seguintes reivindicações:

- Criação de uma comissão de empresa de saúde e segurança com direitos especiais de participação
- Inquéritos regulares e independentes aos trabalhadores sobre a aplicação de medidas de saúde e segurança
- Protecção dos trabalhadores sujeitos a riscos especiais
- Reforço do direito de dizer «Stop» em caso de perigo

Para mais informações:

unia.ch/de/arbeitswelt/von-a-z/arbeitssicherheit-gesundheitsschutz

